

Grande Entrevista

Carlos Mineiro Aires



ID: 65441542

01-07-2016





«É ilógico que existam em Portugal duas vozes na Engenharia»

Foi eleito em Abril como Bastonário da Ordem dos Engenheiros (OE), sucedendo a Carlos Matias Ramos no cargo. O novo líder da OE, Carlos Mineiro Aires, fala, nesta grande entrevista, dos desafios do sector mas também das dificuldades. Para o Bastonário, apostar na Educação «é a principal prioridade» do país. «Isto só lá vai de uma maneira: temos de aumentar a produção de bens transaccionáveis que geram riqueza, bem como o incremento das nossas exportações e de receitas que permitam uma menor dependência». Mineiro Aires reflecte ainda sobre a reabilitação urbana, a Construção nova e o famigerado problema da gestão dos transportes públicos. Por fim, o responsável lança críticas à existência da Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET): «é ilógico haver em Portugal duas vozes na Engenharia».

GRANDE ENTREVISTA



Estamos numa encruzilhada em Portugal e, por mais optimistas que estejamos, isso não chega para resolver os problemas que o País ainda tem. Temos uma dívida externa enorme, o Produto Interno Bruto (PIB) teima em não subir, a nossa balança de pagamentos também insiste em não alcançar o equilíbrio. E isto só lá vai de uma maneira: temos de aumentar a produção de bens transaccionáveis que geram riqueza e aumentar as nossas exportações e as receitas que permitam uma dependência menor.

E isso faz-se como?

Com engenheiros. Por muito que custe às outras profissões, tudo o que é produção de riqueza está intrinsecamente ligado à Engenharia.

O País tem noção disso?

Não tem e os políticos também não têm. E daí o grande enfoque que nós queremos colocar na visibilidade da profissão. É bom que o País tenha noção de que os engenheiros são imprescindíveis para o quotidiano. As pessoas não se apercebem que, de manhã à noite, tudo o que faz andar este País é a engenharia.

Dificuldades

Continuamos a viver uma crise económica profunda. Nos últimos anos, algumas engenharias também sofreram muito as consequências destes estrangulamentos financeiros. Têm sido anos duros para os engenheiros?

Muito duros. Onde isso se notou mais foi, obviamente, na Engenharia Civil, desde logo porque havia muitas obras em Portugal – para nós e para os estrangeiros –, mas depois a obra pública estagnou, o investimento privado parou e, por tudo isto, Civil foi o ramo que mais sofreu.

E, ao mesmo tempo, sempre foi a Civil que puxou pelas outras Engenharias?

Não tenhamos dúvidas de que a Construção Civil em Portugal tem uma fileira. E a fileira vai desde o vendedor das grandes máquinas até, na aldeia mais recôndita, ao senhor da drogaria que vende o prego

e o martelo. Grande parte da economia nacional foi abalada pelo recuo desta área da Engenharia. Isso, desde logo, abalou aquelas empresas que estavam habituadas a recrutar em Portugal, à excepção de algumas que já tinham actividade no exterior. A crise obrigou muitas empresas a repensarem o seu modelo de negócio e a apostarem fora do país. Isto pode parecer mau, mas também serviu para demonstrar algumas coisas.

Como por exemplo?

Veio demonstrar que nós não éramos tão incapazes como muitos podiam pensar. As empresas portuguesas rapidamente se conseguiram afirmar em mercados internacionais e, hoje, há muitos mercados em que as empresas portuguesas estão muito bem colocadas, em que os engenheiros portugueses têm um reconhecimento elevadíssimo, inclusivamente pela imensa capacidade de adaptação que têm. Nas outras especialidades a situação é diferente. E há um paradigma novo. Os estudantes actualmente fazem Erasmus. Todos eles, ao frequentarem este programa, interiorizaram a ideia de que as passagens pelo estrangeiro não são tão más assim. E é por isso que nós, na OE, temos missões de recrutamento de diversos países na Europa – Dinamarca, Noruega, Reino Unido, Bélgica, países árabes – e quando eles cá vêm recrutar também é natural que, da nossa parte, haja, pelo salário e progressão de carreira, interesse nestes mercados.

E qual é o reverso da medalha?

Para já o tecido social é profundamente abalado. Havia uma estrutura familiar, que estava assente no papel dos pais, e tudo isso é abalado. Ninguém gosta de ver um filho a sair. Por outro lado, não gosto de ver os melhores a sair, porque não nos podemos esquecer que o contribuinte está a financiar a formação dos jovens, sendo que, regra geral, os primeiros a sair são os melhores. Não podemos é deixar passar a ideia de que, por não termos actualmente as condições para empregar todos, que devemos desinvestir na Educação. A Educação é o principal activo que o país tem e é o principal estímulo de esperança que o País pode ter.

O Instalador – Foi eleito em Abril deste ano Bastonário da OE com 71,7% dos votos. Que motivações o levaram a candidatar-se à presidência da OE?

Carlos Mineiro Aires – Penso que faz parte de um percurso normal. Recordo que, nos últimos dois mandatos, tinha sido presidente do Conselho Directivo da Região Sul (que tem a maior percentagem de membros), o que nos dá uma visão muito boa sobre a OE. Quando se tem alguma dimensão para o exercício do cargo é natural que haja ambição.

Durante a campanha eleitoral e no seu discurso de tomada de posse (em Maio passado), houve dois pontos que elegeram como primordiais para o seu mandato: um deles prende-se com a defesa da profissão e o outro com o desenvolvimento económico do País. Em que medida estes dois objectivos são prementes para si?



GRANDE ENTREVISTA

E isso aconteceu, na sua opinião?

Até ao momento não. Mas preocupa-me que possa vir a acontecer um dia. Quando se criaram fornadas de jovens que não têm emprego – entre Licenciaturas e Mestrados – é natural que haja a tendência para desvalorizar o ensino. O país só tem uma maneira de sair da situação em que está: apostando na Educação, na investigação, na inovação e no empreendedorismo.

Contudo, durante muito tempo abriram-se inúmeros cursos de engenharia sem cuidar bem do que viria depois, nomeadamente da capacidade de absorção pelo mercado de trabalho. Também houve aqui muita irresponsabilidade?

Num País com 92 mil quilómetros quadrados, dez milhões de habitantes, e que chegou a ter 596 cursos com a designação de Engenharia, obviamente

que isto era um suicídio. Neste momento há cerca de metade. Recordo que, durante muito tempo, os Politécnicos proliferaram pelo País e criaram-se cursos com designação de Engenharia de toda a maneira. Não tenho nada contra os Politécnicos, antes pelo contrário, pois a sua intervenção e actividade são importantes, mas a gestão criteriosa da oferta formativa deveria ter sido desde sempre uma prioridade e não foi. Este foi o primeiro desastre.

E que papel teve a OE nessa abertura desenfreada de cursos?

A OE, até há uns anos, fazia acreditação de cursos, de modo a criar, com base em critérios rigorosos, a diferenciação que se impunha entre o “trigo e o joio”. Mas depois essa função passou a ser uma competência da A3ES – Agência de

Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. E a OE discordou, pois, do caminho que estava a ser seguido. A OE é um grande parceiro das universidades e dos politécnicos. Continuamos a ser ouvidos pela A3ES porque esta entidade entende que temos o conhecimento e experiência para aconselhamento.

O que pensa sobre a qualidade dos politécnicos?

Tenho hoje uma visão muito diferente sobre o papel dos politécnicos, e para melhor. Todavia, os politécnicos não podem querer fazer cursos que mimetizem os cursos universitários. Há politécnicos que se limitaram a fazer cópias dos programas das universidades. Em compensação, há outros que orientaram os seus cursos para o tecido económico das regiões. E dou relevo, por exemplo, à formação contínua,





GRANDE ENTREVISTA

sendo que há determinadas áreas da Engenharia em que o engenheiro, se não se for actualizando, fica obsoleto. E os politécnicos têm aqui um papel e uma oportunidade importantes nesta matéria, fazendo, por exemplo, cursos de actualização e de formação profissional.

E têm-no feito?

Sim, e cada vez mais o fazem, além de terem a vantagem de se virarem para as economias locais.

Reino Unido: o principal mercado

Quais são os mercados estrangeiros em que a Engenharia portuguesa actualmente está em força com potencialidades de crescimento?

O Reino Unido é actualmente o principal empregador dos engenheiros portugueses. Depois a Alemanha, a Noruega e

a Dinamarca. A América do Sul e a Central são igualmente regiões do globo já bastante procuradas. No México já há bastantes engenheiros, alguns na Colômbia, no Peru e também no Brasil. E obviamente não podemos esquecer Angola e Moçambique.

O Brasil é um grande mercado para Portugal?

É, à semelhança de Angola.

Falando destes dois mercados, que atravessam situações económicas difíceis. Que expectativas tem no futuro?

Actualmente são um problema. O pior que nos podia ter acontecido nos últimos tempos foi a crise petrolífera em Angola, que é um grande parceiro económico. Isto conduziu não só a uma redução drástica nas importações, como ao regresso das pessoas, sendo que a maioria volta com salários em atraso.

GRANDE ENTREVISTA

Que oportunidades é que estes engenheiros têm em Portugal?

Para já, ainda poucas. E o problema é que estamos a falar de um regresso massivo, em muitos casos de famílias inteiras. O Brasil é outro caso. Tinha um quadro económico estável, com tecnologias desenvolvidas para explorar petróleo, mas com a descida do preço do barril, tornaram-se incompensáveis e pouco competitivas. Mas atenção, refiro-me sobretudo aos profissionais da área de engenharia Civil. Há empresas em Portugal que pretendem recrutar engenheiros, nomeadamente nas áreas de Mecânica e de Tecnologias de Informação e Comunicação, e não o conseguem.

Reabilitação urbana

Neste momento o mercado português da construção vive da reabilitação urbana. Há um claro investimento nacional no sector. Que oportunidades têm os engenheiros portugueses nesta área?

Há um programa anunciado que vai até 1.4 mil milhões de euros para a reabilitação urbana. A meu ver esta área tem dois interesses fundamentais. Primeiro, fazer as pessoas voltarem às cidades, devolvendo-as para que voltem a ser ocupadas, revitalizando os centros urbanos. Depois, é preciso não confundir reabilitação com conservação urbana. Quando falamos em reabilitação estamos a falar de reabilitar edifícios em perenidade, que exigem intervenções técnicas de fundo, que garantam a sua estabilidade estrutural e em que sejam consideradas questões de tão relevante importância como a probabilidade de fenómenos sísmicos. Esses imóveis devem ser reabilitados para resistirem a sismos. Além disso, é impensável que, nestes casos, de reabilitação estrutural e de questões ligadas à sismicidade, os arquitectos possam fazer fiscalização, coordenação e gestão de obras. Estamos a falar de Engenharia. É um papel que compete apenas aos engenheiros. Lembro que engenheiros e arquitectos têm de estar de mãos dadas e não de costas voltadas. Contudo, há áreas que não podem ser confundidas. E se no passado isso sempre foi reconhecido, não é no presente que, por questões

relacionadas com a falta de trabalho, será posto em causa.

Falando de investimento nas obras públicas, para onde caminha Portugal no futuro e o que será da Construção nova?

Nós temos a memória curta e esquecemo-nos do que era Portugal há 30 anos. Não havia uma auto-estrada que ligasse o norte ao sul do País, não havia escolas em condições, os hospitais eram insuficientes e com menor qualidade, não existiam as facilidades em termos de transportes públicos que agora temos e nem as instituições de ensino superior que hoje tanto nos orgulham. O investimento que foi feito em Portugal, graças ao apoio da União Europeia, é generoso, gerou qualidade de vida e deu-nos um País moderno e infra-estruturado. Associado a isto, quando começámos a receber os fundos de coesão, 95% eram a fundo perdido. Os últimos já eram a 25%, o que nos obrigava a pedir 75% emprestados. Uma parte da nossa dívida externa foi gerada pela imposição de sermos bons alunos e não sermos penalizados pelos fundos. Além disso, quando se fala que temos demasiadas auto-estradas, também, que eu saiba, nunca houve nenhum projecto candidatado que não tivesse sido escrutinado e aprovado em Bruxelas.

Discorda de mais investimento em obras públicas?

O que eu digo é que devemos ser criteriosos a avaliar os projectos. Este Governo reactivou o Conselho Nacional de Obras Públicas, em versão *low cost*, sem gastar dinheiro, podendo recorrer a instituições de prestígio para ser aconselhado. Obra pública sim, mas para complementar as necessidades que ainda existem no País.

Quais é que ainda são essas necessidades?

Em acessibilidades ainda as há, na rodovia, por exemplo. Aliás, há um plano rodoviário nacional, cumprido à risca, desde 1984, e dos quais ainda falta executar, salvo erro, 1800 quilómetros. Defendo, por isso, uma base de acordo de regime para decidir questões desta natureza, o que permitiria acabar com problemas e

questionamentos constantes, sobretudo quando há alternância de poder. O problema é que em Portugal não existem planos nem acordos de regime para a maioria das áreas. Terão que existir para que sejam revistos periodicamente. E esse é um problema grande. Não pode haver uma coisa que é feita hoje e que amanhã é descredibilizada. Há outra questão a que eu dou relevo, que é a ligação ferroviária de Portugal à Europa. O porto de Sines, pela posição geoestratégica que tem, é o porto mais perto do Canal do Panamá, tem condições excepcionais para captar uma parte do movimento do tráfego de carga do Atlântico, desde que haja capacidade de ligação para a Europa. Temos que apostar nesta nossa localização e potenciar esta capacidade. E, também por isso, os investimentos nesta área são essenciais.

E o famigerado aeroporto, é uma solução adiada até quando?

Vai ser uma inevitabilidade quando tivermos outras condições económicas. Mas para fazermos um novo aeroporto temos de fazer uma nova travessia sobre o Tejo, com planeamento e oportunidade. Ou há um operador internacional privado interessado, aliviando a necessidade de investimento público, ou se for para fazer com dinheiros públicos, deverá ser o País e os seus responsáveis a decidir quando fazê-lo.

A Construção nova para habitação, acabou?

Penso que Portugal actualmente ainda terá cerca de 1 milhão de fogos vazios. Há uns anos existiam no mercado cerca de 700 mil fogos acabados, mas por vender. Por outro lado, houve os que foram interrompidos e agora temos os que estão a ser vendidos por falta de pagamento e crédito malparado. Acredito mais na reabilitação do que na Construção nova.

Transportes públicos

Esteve à frente do Metropolitano de Lisboa entre 2003 e 2006. Com o actual Governo assistimos a uma reversão das decisões do anterior em relação a esta

**GRANDE ENTREVISTA****matéria. Qual é a sua visão do modelo que Portugal precisa para os transportes públicos?**

As empresas de transportes públicos tinham, até há uns anos, um modelo de financiamento simples: o recurso ao endividamento sistemático e contínuo. E depois os culpados eram os gestores, que tiveram, tal como eu, de lidar com uma dívida enorme e a endividar-se cada vez mais. Sejam claros: as tarifas não cobrem todos os custos. À excepção das grandes cidades europeias e mundiais, estes transportes normalmente nunca são rentáveis. E se reflectirmos os custos integrais no bilhete, isso iria provocar um problema social grande. Independentemente de quem for o gestor – se são as entidades metropolitanas ou os privados – há uma questão que é importante: a qualidade do serviço e a acessibilidade ao custo do serviço e a eficiência que esse serviço tem.

E como se resolve o problema do passivo destas empresas?

Competirá ao ministro das Finanças e ao Governo fazer essa análise e definir as prioridades e os serviços em que o Estado pretende apostar e que entende disponibilizar aos contribuintes. E depois há a questão de tornar a operação equilibrada. Há que ter em conta os investimentos futuros, incluindo a reposição do material circulante, os prolongamentos das redes e o ajustamento da oferta, e é preciso saber como se pagam esses investimentos.

Por fim, o que gostava de destacar antecipando também este início de mandato?

Neste início de mandato há duas coisas que me preocupam muito. Já falámos numa delas, a internacionalização. Não vejo com bons olhos a saída dos nossos jovens para o estrangeiro, sobretudo se tal movimento for prolongado ou definitivo, e gostava que existissem condições para que tal não acontecesse. Uma coisa é saírem por falta de opções no seu país, outra é por apenas pretenderem viver experiências internacionais. O outro aspecto tem a ver com a Educação e com a valorização dos jovens no seio da Ordem dos Engenheiros. Estamos apostados em aumentar a nossa





capacidade de apoio e, em simultâneo, de atractividade de jovens para a OE. Queremos ter mais jovens na OE e não há razão para que não se inscrevam. Relembro aqui que foi criada uma outra Ordem, a dos Engenheiros Técnicos (OET), o que também veio estabelecer alguma confusão na sociedade.

Discorda dela?

Obviamente. Tem alguma lógica que exista uma outra Ordem na área da Engenharia e que pode admitir profissionais com as mesmas qualificações académicas? É completamente ilógico que existam em Portugal duas vezes na Engenharia.

E defende uma eventual fusão?

Não, não defendo. E se há Ordem de referência em Portugal, por muito que custe ouvir isto à OET, é a OE, que é receptiva e admite quer os licenciados, quer os mestres, pelo que não há qualquer razão para que um profissional de engenharia devidamente habilitado não se inscreva na OE.

**Perfil**

Licenciado em Engenharia Civil, pelo Instituto Superior Técnico (IST), Carlos Mineiro Aires conta, no seu extenso currículo, com a anterior presidência da Região Sul da OE, a presidência do conselho de gerência do Metropolitano de Lisboa e a presidência do Instituto da Água, entre outros. Actualmente, para além de Bastonário da Ordem dos Engenheiros, é membro do Comité Nacional da FEANI e Presidente Eleito do World Council of Civil Engineers. Entre outros cargos, foi ainda sócio de duas empresas de Engenharia na área da consultadoria.

06	Índice
14	Notícia
31	Notícia
38	Notícia
48	Notícia
50	Notícia
60	Notícia
64	Notícia
77	Notícia
96	Notícia

ID: 65441542

01-07-2016





ID: 65441542

01-07-2016

Grande Entrevista

Carlos Mineiro Aires | Pág. 38